

SOB SUSPEITA

Itaú confirma que aplicações beneficiaram Jader

Joéldson Alves/AE

Informação servirá de argumento para que comissão proponha processo contra senador

GILSE GUEDES
e EDSON LUIZ

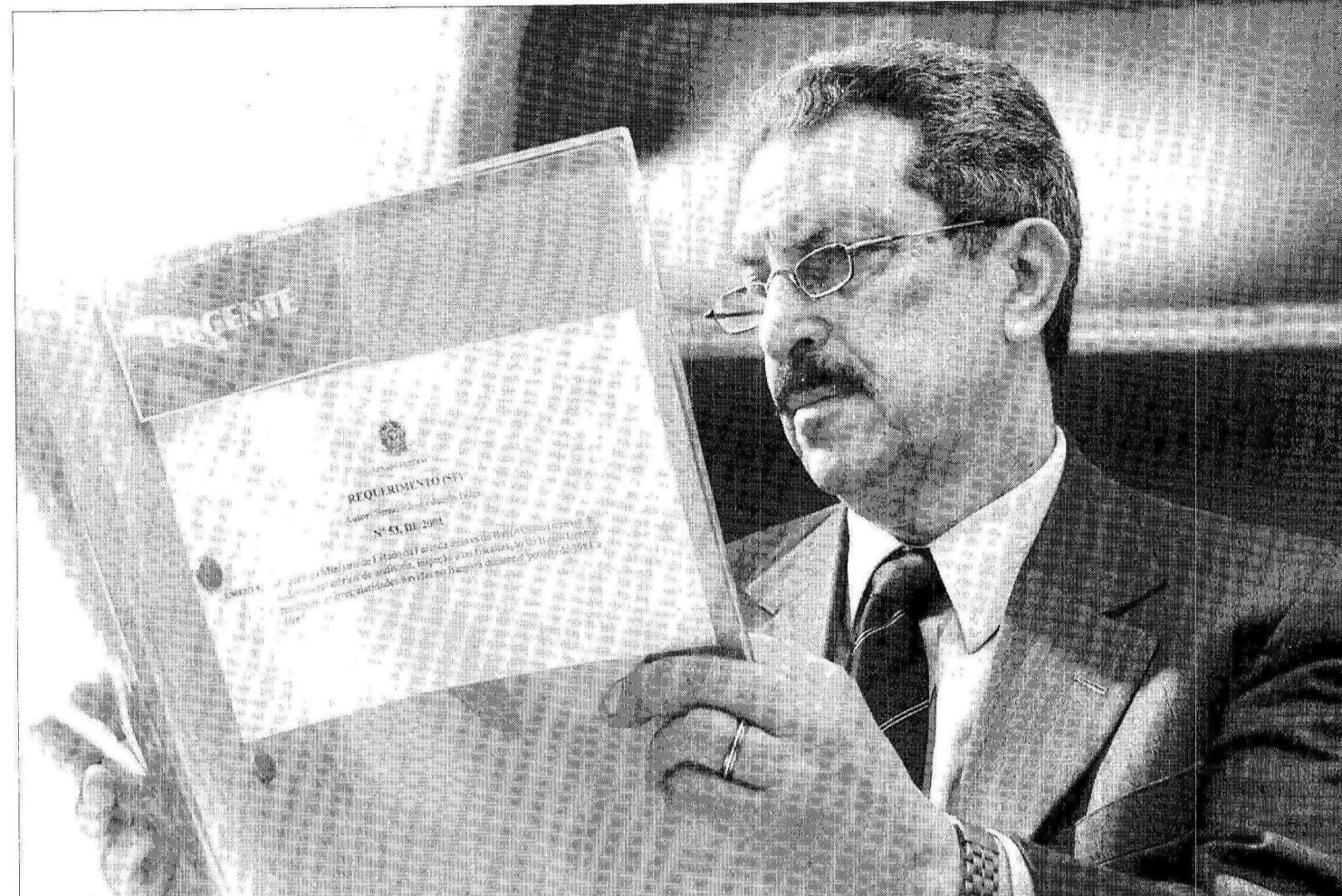
BRASÍLIA - O Itaú confirmou à comissão de investigação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado que o presidente licenciado da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA), foi o beneficiário de aplicações financeiras reforçadas por cheques administrativos do Banco do Estado do Pará (Banpará). Em pelo menos quatro operações aparecem cheques pessoais do senador, emitidos quando ele era governador do Pará.

A confirmação das aplicações servirá de argumento para que a comissão investigativa proponha ao Conselho de Ética, em relatório que será apresentado hoje, a abertura de processo contra Jader por quebra de decoro. As evidências levantadas com a ajuda de técnicos do Banco Central (BC) derrubam a versão do senador, que negou em depoimento há 13 dias ter usado dinheiro do Banpará nas transações.

O presidente interino do conselho, Geraldo Althoff (PFL-SC), está disposto a marcar uma sessão ainda esta semana para que o relatório seja levado à votação. A expectativa é de que o texto seja aprovado, mas os senadores favoráveis à abertura de processo terão de superar alguns obstáculos, já que o PMDB promete comandar manobras para adiar a análise do parecer.

Aliado de Jader, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), um dos três integrantes da comissão investigativa, anunciou que deverá apresentar um voto em separado, pois não concorda com a tese de que ele mentiu. João Alberto pretende pedir um prazo de 48 horas para analisar as conclusões dos dois outros membros da comissão - Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Transação - Em depoimento dado no dia 29 e até hoje não assinado, Jader negou com ênfase especial uma das operações postas sob suspeita pela comissão investigati-



Tuma lê documentos do caso: 'Vamos às contas de Jader para ver se recursos são de um investimento privado ou se ele foi beneficiado'

va. Registros dessa transação indicam um complemento de Cr\$ 93 mil (R\$ 141,22 mil) feito pelo presidente licenciado da Casa e um depósito de Cr\$ 50 milhões (R\$ 75,9 mil) realizado por meio de cheque do Banpará, além do pagamento em dinheiro de Cr\$ 87,00 (R\$ 0,13).

O presidente licenciado do Senado questionou o aparecimento desse pequeno resíduo e colocou em dúvida toda a operação, confirmada posteriormente aos sena-

dores pelo Itaú, onde a aplicação foi realizada. Além de explicar detalhadamente tal operação, o relatório detalha outras quatro movimentações, todas elas promovidas

com cheques pessoais de Jader e cheques administrativos do Banpará.

Os integrantes da comissão de investigação aguardavam a chegada, na noite de ontem, de um documento do BC capaz de comprovar que Jader, ao contrário do que afirma, sabia que seu nome estava incluído no primeiro relatório sobre o caso Banpará, produzido em 1992 pelo fiscal Abrahão Patruni Júnior.

O relatório da comissão investigativa terá cerca de 50

páginas e será dividido em quatro partes - explicações preliminares, apuração dos fatos, confronto das provas e as conclusões. Tuma adiantou que não será sugerida uma pena específica para o senador paraense, mas somente a abertura do processo. "Vamos às contas de Jader para ver se aqueles recursos são de um investimento privado ou se ele foi beneficiado", afirmou.

Discurso - O parecer incluirá um relato sobre a Fazenda Campo Maior, comprada por Jader do empresário José Osmar Borges - acusado de ser um dos maiores fraudadores da Sudam - e não declarada no Imposto de Renda, como o senador afirmou em discurso na tribuna do Senado.

A comissão também vai relatar as ameaças feitas por Jader a outros senadores, ao sugerir que eles também poderiam ser alvo de acusações relativas a atos praticados antes do início do mandato - citando Tuma, quando era diretor da Polícia Federal, e José Sarney (PMDB-AP), quando presidente da República. A acusação de que Jader teria retardado o encaminhamento de um ofício do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pedindo informações sobre os desvios no Banpará figurará apenas como complemento ao relatório.

ALTHOFF
QUER VOTAR
RELATÓRIO
ESTA SEMANA

com cheques pessoais de Jader e cheques administrativos do Banpará.

Os integrantes da comissão de investigação aguardavam a chegada, na noite de ontem, de um documento do BC capaz de comprovar que Jader, ao contrário do que afirma, sabia que seu nome estava incluído no primeiro relatório sobre o caso Banpará, produzido em 1992 pelo fiscal Abrahão Patruni Júnior.

O relatório da comissão investigativa terá cerca de 50